



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UnB PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

O DESMATAMENTO

HENRIQUE COSTA MANICO



Figura 1. Serra Geral – São Domingos/GO

PLANALTINA – DF
2014

O IMPACTO DO DESMATAMENTO DA SERRA GERAL EM SÃO DOMINGOS/GO

HENRIQUE COSTA MANICO



Figura 2. Cratera aberta pelas águas das chuvas na Serra geral em São Domingos/GO

Monografia apresentada à banca examinadora como requisito parcial à obtenção do título de licenciando em Educação do Campo LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial obrigatório para a obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com a habilitação na área de Ciências da Natureza e Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Djiby Mane

PLANALTINA – DF
2014

HENRIQUE COSTA MANICO

FOLHA DE APROVAÇÃO

O IMPACTO DO DESMATAMENTO DA SERRA GERAL EM SÃO DOMINGOS/GO

Monografia apresentada à banca examinadora como parcial à obtenção do título de licenciado em Educação do Campo, com a ênfase em Ciências da Natureza e Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Djiby Mane

Aprovada em ____/____/2014

Banca Examinadora:

Profº. Dr. Djiby Mané – Orientador - UnB

Profa. Ms. Eloisa Assunção Melo Lopes - Examinadora - UnB

Profº. Ms.Zarref – Examinador - UnB

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a minha esposa Sueli Gomes Manico e minha filha Andressa Gomes Manico, por terem sido resolutas, quando recebi delas o incentivo e apoio incondicional em momentos mais críticos desta trajetória. O mesmo, o faço com todos que de forma direta (ou) indiretamente lutaram (ou) lutam a favor das conquistas ou na sua manutenção, para que se possa concretizar a Educação do Campo e no Campo.

AGRADECIMENTOS

A Deus,

A causa de minha existência, e sem Ele nada teria feito.

Aos meus pais,

Pelo incentivo que recebi deles em permanecer na escola.

À minha família,

Especialmente à esposa Sueli, na compreensão pelas minhas ausências, pelo incentivo e apoio desde o início, bem como à minha filha Andressa.

A todos os professores, colaboradores e equipe da secretaria da LEdoC, pelo carinho e dedicação, tendo contribuído de forma decisiva na conclusão do curso, mesmo sob severas dificuldades.

À direção da FUP,

Na pessoa do professor Pasquetti, a professora Mônica e Rosineide pela luta incansável, na busca de melhorias em prol dos educandos.

Por fim, não me esqueceria do meu orientador, professor Djiby, que foi extremamente preocupado para que pudesse desenvolver um bom trabalho, e também ao professor Tamiel pela contribuição aos meios que nortearam a escolha do tema e seu desenvolvimento.

Aos colegas das turmas 03 Dandara e 04 Panteras Negras, pela demonstração de amizade e solidariedade.

RESUMO

O presente estudo procurou analisar o impacto que o avanço da agricultura impõe na Serra Geral, em São Domingos de Goiás, havendo o desafio da delimitação de Áreas de Preservação Permanente. Isto ocorre porque a demarcação das áreas de proteção no topo de morros tem sido um processo complexo, pela imprecisão dos limites entre os estados de Goiás, Bahia e Tocantins. Além disso, existe uma fiscalização ambiental ineficiente e, sem falar da gravidade ocasionada pela legislação vigente, que deu mais brechas ao desmatamento a um ritmo acelerado pelo agronegócio. Pois ressalta-se que a metodologia empregado é a qualitativa, e para o alcance desta análise, foi preciso se fundamentar em Gil. A coleta de dados mostrou-se ser imprescindível o que resultou na observação do local em estudo, sendo filmado e fotografado, além das entrevistas que foram feitas com algumas pessoas nos vários segmentos da sociedade em São Domingos de Goiás. Diante disso, foi possível aprofundar nas questões ambientais e esclarecer os problemas observados durante a pesquisa.

Palavras-Chaves: Áreas de preservação permanente. Legislação ambiental. Fiscalização ambiental.

ABSTRACT

This study analyzes the impact that the advance of agriculture imposes on the Serra Geral, in Santo Domingo de Goiás, with the challenge of the delineation of riparian areas. This is because the demarcation of protected areas at the top of hills has been a complex process, the vagueness of the boundaries between the states of Goiás, Tocantins and Bahia. In addition, there is an inefficient environmental monitoring and, not to mention gravity caused by the current legislation, which has more loopholes to deforestation at a fast pace by agribusiness. For it is emphasized that the methodology used is qualitative, and for the scope of this analysis, it was necessary to be based on Gil. Data collection was shown to be essential which resulted in the observation of the site under consideration, being filmed and photographed, as well as interviews were made with some people in the various segments of society in São Domingos de Goiás. Therefore, it was possible to deepen in environmental issues and clarify the problems observed during the survey.

Key Words: Permanent preservation areas. Environmental legislation. Environmental monitoring.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	09
CAPÍTULO I - METODOLOGIA	13
1.1. A metodologia Adotada	13
1.2. Contexto da Comunidade	14
1.3. Educação Transformadora e Emancipatória	18
CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1. Edward O. Wilson Diversidade da vida	21
2.2. O Funcionamento da Cadeia Biológica.....	22
2.3. Para Que Precisamos de Tantas Espécies?.....	23
2.4. Código Florestal brasileiro	24
2.5. O Histórico do Código Brasileiro	25
2.6. A Busca de Outro Patamar	27
CAPÍTULO III – Análise de Dados	30
3.1. Aspectos Físicos do Bioma Cerrado	31
3.2. O Cerrado e a Biodiversidade	31
3.3. Leis e Projetos Federais no Combate a Agressão Ambiental	32
3.4. Expectativas Fracassadas	33
3.5. Bahia e as Políticas de Preservação Ambiental	35
3.6. A Educação Ambiental e a Realidade do município de São Domingos	39
3.6.1. Análise de Dados	39
3.6.2. Atividades com Alunos da Escola Padre Geraldo C. Ferraciolli	40
3.6.2. Análise das Entrevistas com Professores	40
3.6.3. Análise das entrevistas com Diversos Segmentos da Sociedade	42
3.6.4. Representação do Ministério Público	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE	51
ANEXOS	52

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

O presente estudo buscou tratar especificamente do impacto que o desmatamento na Serra Geral em São Domingos de Goiás vem causando ao meio ambiente, sendo que não se leva em conta a preservação das APP's (Áreas de Preservação Permanente) e as RL's (Reservas Legais), tudo isso em prol ao avanço da fronteira agrícola, atrelado a *commodities*.

A escolha deste tema teve como essência um dos componentes curriculares que foi Grandes Temas Ambientais Mundiais, na disciplina de Biologia na qual participei como licenciando, na Faculdade UnB Planaltina, no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Este estudo fortaleceu-me na compreensão acerca dos principais temas ambientais resultantes da antropização que atinge os ambientes naturais em uma escala global. Em adição a isso, fui estimulado também a compreender o papel que a biosfera tem, tanto em fornecer bens, como dos seus serviços em prol da humanidade, mantendo a diversidade biológica. Assim, apropriar-me desses conhecimentos, propiciou-me uma consciência crítica acerca das causas e consequências das atividades e alterações naturais. Além disso, ser professor do Ensino Fundamental numa escola que fica há poucos quilômetros da Serra Geral em São Domingos de Goiás e cursar a Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Naturais e Matemática, foram decisivos ao delimitar o processo de pesquisa aqui desenvolvido.

A discussão que se pauta nesta pesquisa tem por finalidade mostrar que existe um crime institucional, quando em nome do progresso o Estado compactua a favor de interesse imediato de poucos e representa o completo desastre para todos, especialmente quando não se mitiga os efeitos advindos da ampliação do desmatamento que ocorre de forma indiscriminada.

O local da pesquisa fica situado no município de Correntina, que faz divisa entre o Estado da Bahia e Estado de Goiás, na Serra Geral de São Domingos de Goiás que até então fazia parte da Região Oeste da Bahia, mas que em virtude da decisão do Supremo Tribunal Federal, em 08 de outubro de

2014, passou a pertencer ao Goiás, situando-o no nordeste goiano. Esta parte geográfica se encontra entre as baías hidrográficas

É bom ressaltar que a região tinha como vegetação nativa o cerrado, é rica em recursos hídricos, devido ao grande fluxo pluviométrico e oferece melhores condições climáticas, além das condições físicas do solo que propiciam a prática agrícola, o que tem atraído com bastante frequência o agronegócio. O Cerrado oferece certa resistência, quando se trata das queimadas, o que não acontece com os desmatamentos, pois sofre na ausência de sua cobertura vegetal, tendo como consequência a perda das propriedades físicas, químicas e biológicas e da biodiversidade, restando apenas parte arenosa que não resiste aos processos erosivos, como podem ser observados nas imagens anexas em algumas páginas desta pesquisa.

Diante do paradigma coexistente, em relação aos modos de produção, é imperativo que se dê prioridade à Educação Ambiental, quer de modo formal, como informal, tendo em conta a vulnerabilidade social, num momento em que se propagam sonhos ilusórios, das soluções aos problemas decorrentes da miséria, pobreza, falta de emprego e entre outros problemas, estar sob o sucesso do agronegócio.

O poder hegemônico exerce uma tremenda força de modo a despolitizar e manter fora do debate a todos quanto fosse possível em matérias que se projetam em defesa de conservação da natureza. Porque dentro destas ideias conservadoras está implícito o aumento em escala crescente as atividades latifundiárias, sem levar em conta os custos e benefícios.

Para tanto, numa tentativa de ordenar os diversos interesses envolvidos na utilização das terras, o Estado brasileiro vem regulamentando o uso e ocupação do solo por meio de promulgação de leis, decretos, e resoluções, desde a década de 1930. Mas, foi a partir da promulgação da Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal Brasileiro, e depois foi alterada parcialmente pela Lei 7.803 de 18 de julho de 1989, implementando que o Estado participa ativamente da regulamentação do uso e ocupação do solo, ao que ressalta:

Considerando, nos termos do art. 225 da Constituição Federal, o dever do Poder Público e da coletividade de efetivamente proteger o meio ambiente para a presente e as futuras gerações; Considerando

que as Áreas de Preservação Permanente – APP's são bens de interesse da coletividade e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico da fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

E é com base nessa Lei, que o Estado manteve ordenado o uso e a ocupação do solo brasileiro, que teria como objetivo contribuir para a minimização da degradação ambiental, bem como envolvia conflito entre o sistema e a preservação ambiental, que podia ser observado em várias áreas do país.

O que fica claro é que mesmo com a existência do Código Florestal Brasileiro promulgada em defesa da preservação, nota-se uma dissimulação, isso porque as ações criminosas, no âmbito da agressão ambiental continuariam a todo custo.

Em contraste, a saúde ambiental se agrava com a edição ao Substitutivo Projeto de Lei nº 1.876/1999, apresentado pelo Deputado Aldo Rabelo à Comissão Especial instituída para proferir parecer sobre projetos de Lei que alteram o Código Florestal (Lei 4.771/65).

Conforme será exposto ao longo destes registros, as propostas de modificação da legislação fragilizam a proteção do meio ambiente, diminuindo drasticamente o padrão de proteção ambiental, contrariando as obrigações constitucionais que visam assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

É importante ressaltar que embora exista uma grande preocupação global específica em relação à preservação ambiental, que pode ser demonstrada pelo número de trabalhos publicados e pelas edições de leis do grau no qual uma área protegida alcança suas metas e objetivos, ainda assim, existe o caráter difuso, anônimo e muitas vezes invisível das agressões ao meio ambiente aliado aos mecanismos culturais e institucionais pelos quais as elites políticas e econômicas encobrem as origens e consequências dos riscos e o que tem sido chamado de irresponsabilidade organizada.

Na sociedade de riscos, tal qual vivemos, se aceita com veemência a degradação da qualidade ambiental, em que a própria sociedade e os governos são cúmplices pelos malefícios produzidos. Como consequência são os menos

favorecidos ou os pobres da população, os mais atingidos frente aos riscos da sociedade global. (ECODEBATE, 2012).

Como hipótese de pesquisa, surge a seguinte questão: É possível o desenvolvimento sustentável contra a pressão antrópica existente? Não obstante, apesar do reconhecimento da respectiva importância estratégica em relação à preservação para a manutenção da biodiversidade, em geral a comunidade científica, composta pelos ambientalistas; as ONG's (Organizações não Governamentais) e os Movimentos Sociais denunciam e buscam lutar contra as atividades danosas ao meio ambiente.

Além das considerações gerais e finais, esse trabalho está articulado em três capítulos. O primeiro faz uma abordagem sobre a metodologia adotada durante o estudo, salienta-se também do contexto da comunidade envolvido durante a pesquisa e da trajetória da Educação do Campo, mostrando que é possível haver uma Educação transformadora, quando esta favorece o desenvolvimento da iniciativa.

Quanto ao segundo, trata da fundamentação teórica de Edward O. Wilson, considerado um dos principais biólogos do século XX, que traz a tona o perigo da grande devastação causada pelo homem em busca de recursos naturais sem ter levado em conta as consequências adversas. E registra-se ainda o histórico do Código Civil brasileiro.

Já o terceiro capítulo descreve sobre a análise de dados, onde é apontada a grande devastação que ocorre em todo cerrado no Brasil em vista do avanço da monocultura e da ineficiência na execução de Leis, Projetos e planos governamentais no combate à agressão ambiental, diante da fragmentação das instituições responsáveis nesta área de atuação.

CAPÍTULO I

METODOLOGIA

1.1. A metodologia adotada

Fazer uma pesquisa científica é um trabalho árduo, e, sobretudo na organização dos instrumentos a serem usados, no que se pretende alcançar e as finalidades. Segundo Gil (1946, p. 29), o planejamento de pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolve os fundamentos metodológicos, a definição dos objetivos, o ambiente de pesquisa e a determinação das técnicas de coleta e análise de dados. É importante que se definam os objetivos, o meio em que será realizada a pesquisa bem como ao conjunto de procedimentos a serem adotados.

Assim, o delineamento da pesquisa expressa tanto a ideia de modelo quanto a de plano. Para que se possa avaliar a qualidade dos resultados de uma pesquisa, torna-se necessário saber como os dados foram obtidos, bem como os procedimentos adotados em sua análise e interpretação. (GIL, 1946, p. 29).

Assim, foram utilizadas nesta pesquisa estratégias de coleta e registros de dados para uma investigação específica que remete ao pesquisador uma séria responsabilidade concernente aos mecanismos a serem adotados para que sejam proporcionais aos resultados esperados.

Com base nos fatores envolvidos, a metodologia tem como base a pesquisa qualitativa. Desse modo, são feitas entrevistas com algumas pessoas da localidade do município. Esta pesquisa envolve também algumas autoridades locais, como: o representante do ministério público da região que vem acompanhando este problema há aproximadamente cinco (05) anos e deve ser entrevistado também o secretário do meio ambiente e o diretor do Parque Estadual Terra Ronca.

Os principais objetivos nas entrevistas realizadas atendem ao que está previsto em Lei, no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que nos assegura:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento);

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (Regulamento);

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (Regulamento);

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (Regulamento)

1.2. Contexto da comunidade

O município de São Domingos está localizado na bacia Amazônica e na zona do Paraná, entre as cidades de Guarani de Goiás, Divinópolis, Iaciara, e Campos Belos. Divide-se ao norte, com o município de Divinópolis, ao sul com o município de Guarani de Goiás, ao Oeste com o município de Iaciara, ao Leste com o Estado da Bahia. A sede Municipal encontra-se nas coordenadas geográficas de 10 ° 23"55" de latitude sul e 46° 19"16" de longitude. A altitude da sede do município é de 700 metros. O solo arenoso no município possibilita o desenvolvimento de culturas diversificadas.

Em São Domingos o clima predominante é o tropical úmido, com temperaturas médias de 28 ° C.

Em relação ao histórico de São Domingos, trata-se de um município brasileiro do estado de Goiás. Sua população é estimada em 11.272 habitantes, de acordo com o censo 2010 do IBGE e está localizado a 600 km de Goiânia.

A origem do município de São Domingos data desde o século XVII ou talvez no início do século XVIII. Julga-se que o primeiro povoado que existiu foi denominado de Arraial Velho, que fica situada à 2 km da atual cidade.

Segundo a tradição, dois irmãos portugueses, Domingos e José Valente, vindo da Bahia e, para evitar qualquer avaria, trouxeram dentre outras coisas a imagem de São Domingos de Gusmão. Os dois exploradores portugueses a colocaram dentro de uma caixa segura, juntamente com outras imagens, a qual foi transportada por um mular sendo puxado pelo cabresto, por uma magra escrava que em troca recebeu a carta de alforria.

Chegando ao destino, construíram um altar para a imagem, dando assim origem ao nome do município e do rio, cuja margem está localizada na sede do município. Todavia, estabeleceram-se como os primeiros colonizadores, permanecendo mesmo após o declínio da mineração, onde em virtude da decadência da mineração, dedicaram-se à lavoura e à pecuária.

Pesquisas recentes comprovaram que a região foi ocupada primeiramente por criadores de gado que chegaram ao local em busca de animais que fugiam dos currais localizados em fazendas próximas ao rio São Francisco devido à vasta alimentação existente nas verdes planícies. As margens do rio Paraná (rio Tocantins) passaram por processo de ocupação diferente do ocorrido em outras partes do Goiás.

O atual Tocantins foi vila de Arraias até 1854 quando ocorreu sua emancipação política. São Domingos deu origem a outros municípios como Posse de Goiás, Iaciara, Divinópolis de Goiás, e Guarani de Goiás.

Os padres Jesuítas também tiveram sua parcela de colaboração na formação do povoado. Em 1937 foi construído o seminário da cidade, prédio restaurado pelo patrimônio histórico da cidade. Atualmente o município tem como principal atividade econômica a agropecuária com o destaque para a pecuária bovina e a agricultura de subsistências e cavernas. A região guarda encantos que atraem turistas do mundo inteiro.

No município está localizado o Parque Estadual Terra Ronca constituído por mais de mil (1000) grutas com cerca de 620 milhões de anos, banhadas pelas águas limpas e mornas.

Os serviços de telefonia estão ao cargo das empresas BRASIL TELECOM e VIVO. O município conta com uma agência de correios. Não há ainda banca de jornal por falta de incentivo.

A economia de São Domingos é bastante incipiente principalmente, se levarmos em conta as grandes potencialidades existentes. A principal atividade econômica é a agricultura de subsistência e a criação de gado. Entretanto, pode-se ainda destacar a produção agrícola, com a cultura de milho, cana de açúcar, arroz (casca), mandioca e banana.

Podemos observar que economicamente o município não tem atendido, de forma precisa, às necessidades internas dos seus habitantes, fato que agudeza a questão social e acentua o grau de miséria de grande parte da população.

Com a mudança de muitos moradores da zona rural para a cidade, têm mudado os hábitos, comprometendo assim a cultura local. E esta realidade afeta especialmente os jovens que poderiam perpetuar e apropriar-se dos valores culturais deixados pelos antepassados.

Em virtude da falta de expressividade econômica do município, onde o devido aproveitamento das potencialidades não tem sido trabalhado de forma precisa, o comércio local caracteriza-se de forma incipiente e incapaz de atender as demandas da população dominicana. Os produtos manufaturados no município são provenientes das capitais tais como: Brasília, Goiânia, e cidades vizinhas, acarretando assim um aumento expressivo do seu valor final, pois, o transporte encarece a mercadoria.

Conforme já dito, existia um conflito permanente, quanto da imprecisão das divisas de Goiás, incluindo o Estado do Piauí e Tocantins, em relação às áreas que os limitava com Estado da Bahia. Segundo a Casa Civil do governo de Goiás, esta demanda teria tido início em 1919, com a seguinte informação:

Em 1919 foi firmado acordo entre Goiás e Bahia que definia duas bacias hidrográficas como delimitadoras das divisas entre os dois estados. A partir disto foram criadas leis estaduais nas duas localidades. Porém, como a aplicação dessas leis não foi imediata iniciaram os problemas para definir a qual Estado determinada área pertencia. Além disso, naquela época não havia dados precisos para essa delimitação. Em 1983 foram criadas comissões com objetivo de sanar esse problema. Em 1986 o Governo da Bahia entrou com ação judicial, a mesma que somente nesta quarta-feira, dia 8, foi julgada pelo STF. O Estado de Goiás solicitou que o Exército Brasileiro

realizasse a perícia para a real definição desse território, respeitando o acordo de 1919. A realização da perícia demorou 10 anos. Desde 2002 os governos de Goiás, Bahia, Piauí e Tocantins tentavam uma conciliação, mediada no STF. Piauí e Tocantins chegaram a um acordo. E sem acordo, a parte do processo referente à Goiás e Bahia foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal. (CASA CIVIL/GO, 2014)

Pelo que consta na referência, havia ambiguidade sobre os limites entre os Estados envolvidos, o que levou a uma demanda judicial em tribunais de todas as instâncias. O curioso é que esta disputa deflagrou-se a partir de quando foi feita a correção do solo nesta região, dando início aos latifúndios monocultores, com a supervalorização destas terras que anteriormente eram menos valorizadas, enquanto era apenas um cerradão no meio arenoso.

Antes da decisão pelo STF (Supremo Tribunal Federal), houve uma reunião conciliadora com o ministro Luiz Fux, do STF, governadores de Goiás, Marconi Perillo; do Tocantins, Siqueira Campos; da Bahia, Jaques Wagner; e do Piauí, Wilson Martins, e todos concordaram em realizar reuniões entre si a fim de solucionar as controvérsias territoriais, objetos da Ação Cível Originária (ACO) 347. (BRASIL 247, 2012)

As terras que antes formalmente faziam parte da Bahia, na verdade são terras pertencentes ao estado de Goiás. Isso gerou desconforto principalmente da parte do governo da Bahia, apesar do ministro Luiz Fox ter tentado de alguma forma que os estados entrassem num acordo. Na prática, tais medidas trariam os velhos problemas de posse das terras, e um recomeço a partir das novas divisões geopolíticas dos distritos que antes pertenciam a Bahia. Esta indefinição prolongada acabou gerando inclusive problemas de ordem possessória, porque existe em documentos que estão duplicidade das terras e de pessoas que nasceram naquelas cidades.

Atualmente, existem no município três 03 assentamentos e um 01 pré-assentamento. Devido à falta de organização, existe retrocesso quanto à luta histórica dos camponeses brasileiros pela reforma agrária. Porquanto, grande parte dos assentados tem como primazia seus próprios interesses individualistas, na ausência de cooperação produtiva em vista de melhoria de vida, fato este que leva à desistência de um número considerável de assentados.

É importante ressaltar que o estabelecimento de políticas públicas autenticadas pelo sistema de representatividade e fundamentada na autoridade formal, demonstra ser inteiramente ineficiente para a solução dos grandes problemas dos quais ecoam socorro.

O movimento histórico da construção da concepção de escola do campo faz parte do mesmo movimento de construção de um projeto de campo e de sociedade pelas forças sociais de classe trabalhadora mobilizadas na atual disputa contra-hegemônica. (MOLINA e SÁ, 2012, p. 326-327)

Assim sendo, fica evidente que a escola do campo tem a concepção de mergulhar no processo histórico de luta da classe trabalhadora pela superação do sistema capital, e tudo isso só é possível quando a classe trabalhadora é mobilizada no momento atual contra-hegemonia.

1.3. Educação Transformadora e Emancipatória

A Licenciatura em Educação do Campo tem me ajudado a ser um educador que procura o ensino a partir de desafios que solicitam a ação dos estudantes e as trocas de experiências, com vista a reflexão, a discussão e a busca das soluções conjuntas. Ensinou-me a ser um professor que favorece o desenvolvimento da iniciativa e da autonomia do educando na medida em que problematizo, oriento e questiono as situações-problemas, estimulando-os para a participação do processo de decisão. Ao mesmo tempo tem contribuído de modo a propiciar as vivências de atitudes de cooperação entre alunos e respeito mútuo, promovendo justiça.

Agora tenho dispositivos que me ajudam a ter uma clara percepção do que é a sociedade em que vivemos, referente ao poder hegemônico e seu sistema maquiavélico. Contribuí amplamente na compreensão ao que representa a Educação do Campo, que emerge em meio às contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do campo, que tem como alicerce as experiências de formação humanas desenvolvidas ao longo de luta dos movimentos sociais camponeses.

A soma dos conhecimentos obtidos na disciplina Escola do Campo se faz importante para mim, uma vez que a visão parcial e reduzida da realidade

favorece ao que é despolitizado e alienado, na medida em que se ocultam seus motivos políticos e a inevitável conexão entre suas múltiplas dimensões. Em compensação, Molina e Sá (2012) afirmam:

(...) O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte desta luta. A especificidade desta inserção se manifesta nas condições concretas em que ocorre a luta de classes no campo brasileiro, tendo em vista o modo de expansão do AGORNEGÓCIO e suas determinações sobre a luta pela terra e a identidade de classe dos sujeitos coletivos do campo. (MOLINA e SÁ, 2012, p.327)

No que se refere à pedagogia transformadora e emancipatória, muitos teóricos deram sua relevante contribuição, dentre eles estão: Gramsci, Pistrak, Arroio, Roseli, Molina, Freire e Freitas.

Com Gramsci (1991), alicerça teoricamente a concepção numa perspectiva de uma escola unitária que tenha a autonomia de desenvolver estratégias próprias e pedagogias que sejam integradoras entre trabalho, ciências, cultura, e sem desperceber dos intelectuais da classe trabalhadora, os que viriam ser conhecidos como intelectuais orgânicos.

Sua denúncia é pontual, no sentido da diferenciação classista das escolas em sua época, a maioria, para formar operários e outras para formar especialistas e dirigentes. Essa é a razão pela qual, estabelece um projeto que coloca o desafio de conceber e desenvolver uma formação contra-hegemônica.

Embora Gramsci (1991) aborde particularidade italiana, é extremamente importante ao analisarmos a realidade brasileira, considerando que o Brasil sofreu um processo de revolução passiva em 1964. Para Gramsci (1991), a escola tradicional não corresponde à demanda e à dinâmica social, essa se preocupa em responder a cultura industrial. Por conseguinte, a educação pode ser conservadora ou emancipatória (quando supera as formas alienadas de existência), pode apenas reproduzir ou transformar-nos pelas relações do mundo.

Para atender a essas demandas, os movimentos sociais vêm construindo desde 2004, uma proposta em prol da Licenciatura em Educação do Campo, para formar educadores e educadoras do campo. Uma das importantes vitórias conquistadas na luta dos movimentos dentre estas há o

decreto nº 7.352/2010, que instituí a Política Nacional de Educação do Campo, ao definir: “o que são escolas do campo”.

A partir da elaboração de um diagnóstico das condições que parte do observatório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), intitulada Educação do Campo e Educação Superior, chega-se à conclusão de haver práticas contra-hegemônicas na formação de profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Em relação ao âmbito de planejamento, indubitavelmente requer registrar a concepção político-pedagógico das escolas do campo e a sua própria identidade, que tem vinculação profunda com as condições de vida dos sujeitos camponeses.

Tal como ocorre na escola João sem Terra em Madalena/Ceará, o ensino e aprendizagem devem ser a prioridade, ao mesmo tempo em que se promova a harmonia dos conteúdos escolares que poderão ser estudados. Devido às tensões e contradições vivenciadas, é importante que haja compreensão e reflexão quanto à pedagogia a ser materializada.

Lamenta-se o fato que a maioria das escolas do campo não tenha alcançado ainda os resultados obtidos na escola João Sem Terra, porém, estão em direção da superação da lógica capitalista. Tudo isso ficou evidente em nossos estágios, quando muitos de nós fomos submetidos ao ordenamento do currículo pré-estabelecido sem que houvesse um diálogo entre os envolvidos em tais instituições.

Dessa forma, foi desafiador também para nós formandos, saber desenvolver e promover estratégias curriculares que garantissem aos educandos em formação os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, desde que esses dialogassem com a realidade atual.

O que fica em evidência em todos os enfrentamentos é o coletivo, sem o qual seria impossível a execução de todas as estratégias contra-hegemônicas. E esse fato requer que se promova a auto-organização entre os estudantes, que por sua vez gerarão espaços cujo teor se caracterizará na gestão coletiva.

Uma vez que o sistema ao longo dos séculos mantém a sociedade individualista, só o acesso à instrução e à educação humanizadora será capaz de despertar a formação de todos estes valores.

Todavia, estou feliz de ter contribuído pelo plano de carreira dos professores em minha comunidade em 2011, resultado das leituras, seminários, discussões sobre dispositivos em Leis, Resoluções e os marcos normativos, que mostravam atos administrativos inconstitucionais e lesivos contra os docentes.

Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

É bom ressaltar que o município de São Domingos está entre os poucos municípios na região do Nordeste Goiano que têm o plano de carreira. Contudo, atribui-se a responsabilidade a todos pertencente à classe dos intelectuais orgânicos, no sentido de usar o potencial que possuem em benefício do coletivo ao invés de ser monopolista.

Reconhecer estes valores se torna definitivamente significativo, porque apesar de existirem alguns que exerçam a capacidade intelectual, porém o fazem de forma restrita na sociedade, o que os coloca em grau quantitativo.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Edward O. Wilson Diversidade da vida

Uma questão fundamental é que todo projeto requer fundamento assim como o é na construção de uma casa. Portanto, não será diferente em relação ao projeto em que me pauto.

A sociedade humana é tão complexa e os problemas globais tão numerosos, que apesar de maior conscientização e preocupação com a natureza e meio ambiente, não tem sido possível sustar muitos dos processos destrutivos. E em contrapartida existem relatos dramáticos que requerem a nossa reflexão quanto à ação do homem ao meio ambiente.

Edward Osborne Wilson é considerado como um dos maiores naturalistas em existência, devido aos seus relevantes trabalhos científicos, referentes à Ecologia, Evolução e Sociobiologia. Em seu livro *Diversidade da Vida*, o autor ilumina a grave degradação ecológica em curso: populações em risco, ameaças à evolução, drástica redução da flora e fauna. O autor responsabiliza os países ricos quando transferem suas tecnologias nos países em pobres, sem o devido manejo, estabelecendo os seguintes princípios:

Os países mais ricos determinam as regras do comércio internacional. Eles fornecem o grosso dos empréstimos e da ajuda direta, além de controlarem a transferência de tecnologia para os países pobres. É de sua responsabilidade usar este poder sabiamente, de uma maneira que ao mesmo tempo, fortaleça os seus parceiros comerciais e proteja o meio ambiente global. Eles próprios irão sofrer se as terras selvagens e biodiversidade biológica não forem computadas nos cálculos dos acordos comerciais e de ajuda internacional. (WILSON, 2012, p.412)

Wilson alerta que o impulso acelerado da destruição da Terra, hoje causado pelo homem pode ser irreversível.

2.2. O funcionamento da cadeia biológica

Na terra, existem grande quantidade e variedade de formas de vida. O termo “diversidade biológica” ou “biodiversidade”, segundo o IBGE (2012), refere-se ao total de genes, espécies e ecossistemas de uma região. Todas essas formas de vida na Terra fazem parte de uma grande cadeia interdependente que inclui elementos não vivos, como a atmosfera, os oceanos, a água doce, as rochas e o solo do planeta, dos quais os organismos dependem para viver. O conjunto formado por esses organismos vivos e seus habitats é chamado de biosfera, da qual os seres humanos também fazem parte.

A biodiversidade inclui todas as bactérias e outros micróbios. Sabe-se que muitos deles têm funções químicas vitais que mantêm os ecossistemas em funcionamento. A biodiversidade, ou a cadeia biológica, inclui também as plantas verdes que produzem oxigênio pela fotossíntese, captando a energia solar e armazenando-a em forma de açúcares, a fonte básica de energia para a maioria das outras formas de vida.

Em suma, chega-se à conclusão que todo ser inteligente terá de admitir que tudo em nossa volta está conectado a todo resto. Contudo, vemos a respeito de Wilson como aquele que, de forma clara e objetiva, traz a tona uma discussão que muitos a escusam por causa de seus interesses em jogo e da ambição, em detrimento à vida.

2.3. Para que precisamos de tantas espécies?

Talvez alguém pergunte: Precisamos nos preocupar tanto assim com a diminuição na biodiversidade? Precisamos mesmo de uma variedade tão grande de espécies? Muitos especialistas respeitados insistem em responder

que sim! E com bons motivos, porque a riqueza de espécies na Terra fornece alimentos, substâncias químicas úteis e muitos outros produtos e serviços aos humanos.

A diversidade dentro de cada espécie também é muito importante. Se existem diversas variedades de arroz, por exemplo, há mais probabilidade de que uma ou outra delas tenha resistência a pragas comuns. Um exemplo muito concreto aqui no Brasil é a falta de variabilidade da banana por ser exótica, o que pode levá-la em extinção caso seja atingida por uma praga.

Do mesmo modo podemos pensar nos possíveis benefícios que espécies não descobertas podem trazer à humanidade. Por exemplo, muitos remédios vendidos sobre prescrição médica têm componentes naturais. Assim, ao exterminar a flora do mundo, a humanidade poderá perder a oportunidade de descobrir novas drogas e substâncias químicas. O que significa que toda vez que uma espécie se extingue, desaparece também uma opção para o futuro, seja no campo medicinal ou em outros campos em que estamos contextualizados.

Também precisamos de serviços essenciais prestados pelos ecossistemas e dos quais dependem todos os organismos vivos. A produção de oxigênio, a purificação da água, a filtragem de poluentes e a prevenção da erosão do solo são funções vitais realizadas por ecossistemas saudáveis.

A lista de insetos que fazem serviços de polinização; rãs, peixes e aves controlam pragas; mexilhões e outros organismos aquáticos limpam nosso suprimento de água; plantas e micro-organismos contribuem para a formação do solo.

Apesar de dependermos da biodiversidade, porém, parece que o mundo está passando por um surto de extinções que ameaça a complexa cadeia biológica, como mostra Wilson (2012, p. 434): “agora que estamos começando a entender o papel vital da biodiversidade, consciente ou inconscientemente também contribuimos para mais extinções como nunca antes na História”. Consequentemente, Wilson (2012) aponta algumas alternativas, é claro, com propostas muito mais complexas, porém à altura de atender a demanda, visto estar mais próximo da solução e estar numa engrenagem entre produtividade e proteção ambiental. Mesmo sendo um tanto desafiador, a consciência ecológica e as práticas sociais possibilitam alcançar novo patamar, seja nas

atitudes individuais ou na vida cotidiana e nas políticas de preservação ambiental.

2.4. Código florestal brasileiro



Figura 3. Um índio no meio da Floresta (Extraído do Google)

“Só quando poluírem o último rio, matarem o último peixe e derrubarem todas as árvores é que perceberão que não se come dinheiro” PENSAMENTO INDÍGENA.

Vivemos num período em que diversos setores da sociedade veem utilizando o discurso de uso sustentável como se meramente fosse uma propaganda de *Marketing*. Não obstante, o meio ambiente está cada vez mais ameaçado na vida real. E diante desta complexidade, é importante que se saiba o que está envolvido na polêmica da alteração ao Código Florestal.

Estamos cercados de todos os lados em meio a tantas contradições e com tantas preocupações, principalmente quando se observam as mudanças climáticas bem concretas, ao ponto em que a ganância do homem pelo capital, o engecece em sua ação criminosa contra a natureza.

Acima de tudo, precisamos entender todo o debate que está por detrás do Código Florestal, partindo de sua origem até sua proposta: a sua construção atual. E como tal, é imprescindível voltarmos ao tempo e espaço, assim teremos elementos necessários que contribuirão para que tenhamos condições

de conhecer o processo que levaria à construção do Código Florestal até os dias atuais. Uma vez esclarecidos, seremos sólidos e falaremos com toda propriedade sobre este ponto focal.

2.5. O Histórico do Código Florestal

Antes da invasão do Brasil, a floresta era um elemento fundamental para a vida dos índios que aqui habitavam, porque é nela em que praticavam agricultura, coletavam frutas e pescavam. Após a invasão portuguesa, os índios foram expulsos das Terras que ocupavam e foram vítimas de doenças trazidas pelos portugueses. No Brasil, os portugueses tiveram como principal objetivo explorar o que não lhes pertenciam, como foi o caso do pau brasil, tendo levado à devastação das florestas no Brasil.

Depois que todas as florestas foram derrubadas, aparecem os grandes latifúndios para a prática da monocultura. Isso fez preocupar à coroa portuguesa e que conseqüentemente começou a imitar Normas e Leis para proteger as madeiras nobres, desta feita, a exploração das florestas seria uma exclusividade da coroa, embora muito pouco adiantasse. A mesma coisa aconteceu no império, proibindo os latifúndios a não desmatarem, porém, esta proibição só foi proforma, porquanto continuavam nas mesmas ações.

Finalmente, só foi no período republicano, após Normas e Leis variadas que em 1934 surge o Código Florestal Brasileiro. Era um momento em que Vargas estava no poder e incentivando a criação de indústrias de base e expansão da agricultura em novas áreas no território nacional, sobretudo no Centro Oeste. Daí é que surge a necessidade de Leis que legislassem as florestas brasileiras. O Código Brasileiro continha muitas brechas e nenhuma fiscalização, fazendo com que não fosse cumprido.

O Código foi revisto e atualizado em 1965, através de um Projeto de Lei que tramitava na Câmara Federal desde o governo de João Gullar. Era um período em que o Brasil viveu com um grande crescimento demográfico principalmente nas cidades localidades na mata atlântica. Além disso, houve novos desmatamentos para expansão em outras áreas para o plantio de café

nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; bem como a derrubada de madeira nobre da araucária, no Paraná e em Santa Catarina.

Tendo em conta toda esta movimentação, o congresso viu-se na obrigação de atualizar o Código com perspectivas de preservar as riquezas florestais e evitar sua destruição completa. Vale ressaltar também que foi um período de lutas populares, além das revoluções que desenhavam outro cenário para expansão do socialismo pelo mundo. Portanto, apesar de ter sido aprovado no 1º turno durante a ditadura, o Código Florestal foi concebido em um ambiente progressista.

Posteriormente, a alteração do Código Florestal foi realizada no ano de 2000, motivada pelo desmatamento na floresta amazônica. Assim sendo, no governo de Fernando Henrique, foram alterados alguns dispositivos do Código, com o aumento legal da Amazônia. Assim, o Código passou por melhorias e garantiria legalmente a proteção das florestas, reconhecendo nelas mais do que meros produtores de madeira, mas também sistema ecológico de toda população que por aqui vive.

Apesar dos novos objetivos, o avanço brasileiro na legislação para a proteção do meio ambiente ficou somente na teoria. Na prática, a Lei não trouxe ações concretas de punição aos infratores ambientais, não houve revisão de postura frente à mentalidade dominante do país; o desmatamento continuou ocorrendo.

Foram criadas sistematicamente uma série de conselhos, órgãos, e institutos que não funcionaram. Não houve nenhum interesse das autoridades competentes em cumprimento aos dispositivos do Código e, dessa forma, as florestas, ao invés de serem protegidas, seriam derrubadas.

O Decreto Federal Nº 6514 de 22 de julho de 2008 vem numa tentativa de regulamentar os crimes ambientais, pois ao expor sobre as infrações e sanções administrativas referentes ao meio ambiente, estabeleceu-se o processo administrativo federal para apurar essas infrações.

Como exemplo, o Decreto estipula a multa de, no mínimo R\$50.00 e o máximo de R\$50.000.000. Entre as principais mudanças está a concessão de um prazo de um (1) ano para os produtores se adequarem ao Decreto. Isso causou muita insatisfação aos infratores que viram no cumprimento da Lei as suas irresponsabilidades sendo contabilizadas na perda de milhões de reais.

A incoerência no Código Brasileiro afeta toda sociedade. Esse assunto precisa ser revisto por vários segmentos da sociedade brasileira e não deve ser exclusividade para os latifúndios ou ONGs internacionais.

Até aqui, conhecemos a história do Código Florestal e da agricultura brasileira que é baseada no poder hegemônico, e não é novidade que minoria serve ao interesse do capital omitindo e produzindo contradições ao defender seus interesses em detrimento aos da sociedade.

Portanto, fica claro que mais do que conhecer as Leis, é preciso acompanhar de perto como elas são formuladas.

2.6. A busca de outro patamar

Segundo Wilson (2012), falar sobre a preservação de tantas plantas e animais quanto possível em seu habitat, mostra ser uma preocupação em voga. Ele ressalta a extinção de milhares de espécies de aves, peixes e insetos bem como de espécies geralmente consideradas sem importância.

E de forma alarmante, Wilson (2012) traz atenção de muitas das espécies desaparecidas que são fungos micorrízicos, formas simbióticas que facilitam a absorção de nutrientes pelo sistema radicular das plantas. Os ecologistas há muito se perguntam o que aconteceria aos ecossistemas terrestres se esses fungos fossem removidos. Em sua resposta, confirmam que em breve nós descobriremos.

Pode ser observado em seu diagnóstico que a degradação ocorre principalmente, pelo descontrolado crescimento populacional e da super exploração dos recursos naturais e que se não existir equilíbrio populacional, econômico, ecológico, tudo um dia acabará. Esses estudos lançaram a ideia de desenvolvimento atrelado à preservação.

Até então se fala tanto da utilização dos recursos naturais pelo homem e sustentabilidade dos demais seres vivos, como o mundo nunca tinha ouvido antes. Em que tem resultado? Alguns talvez respondessem, ter havido crescimento ou desenvolvimento em alguns países. Em resposta a esta pergunta Frigotto (2005) diz:

Os avanços que porventura tenham ocorrido com a implantação da Sociedade capitalista são restritos e relativos, pois mantém a divisão dos seres humanos entre aqueles que detêm a propriedade privada de capital (propriedade de meios e instrumentos de produção com fim de gerar lucro) e aqueles que para se reproduzirem e manter suas vidas de seus filhos precisam ir ao mercado e vender suas forças de trabalho, tendo em conta uma remuneração ou salário. (FRIGOTTO, 2005, p.62).

Por outro lado, a diferença existente nesta questão é que o crescimento não conduz milagrosamente à igualdade e muito menos à justiça social, uma vez que não se leva em consideração a nenhum outro aspecto da qualidade de vida, senão o acúmulo de riquezas, que se faz presente na mão de alguns indivíduos da população. Por conseguinte, o desenvolvimento tende a preocupar-se com a geração de riquezas, porém, tem prioritariamente como objetivo distribuí-la e melhorar a qualidade de vida de toda população, tendo sempre em conta a qualidade ambiental do planeta.

Diante do comportamento irredutível do homem, na agressão ao meio ambiente, Wilson (2012), menciona da necessidade de mudanças radicais nas atitudes individuais, na vida cotidiana e nas políticas de preservação. Isso posto, é imperativo que se mude no modo que está sendo praticada a agricultura (monocultura), porque embora se produza números *recordes* de safras como nunca na história, o custo pela manutenção é muito elevado.

Por outro lado, a destruição que é causada ao meio ambiente chega ser mais elevada do que se pode imaginar, porque dinheiro não pagará o estrago causado ao ecossistema, como Wilson admite, os danos são irreversíveis. Além disso, embora se produza tanto, esse alimento é mantido em estoque para somar na bolsa de valores ou as commodities.

No ínterim pode-se conceituar o Desenvolvimento Sustentável como sendo aquele que atende as necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. (ONU, 1987).

Observa-se que esse conceito traz a possibilidade do aparecimento de uma nova era de desenvolvimento econômico, que poderá viabilizar as políticas de forma a manter a expansão com base em recursos naturais do ponto de vista de desenvolvimento e ao mesmo tempo estará enquadrado nas lógicas da racionalidade e econômica.

Para tal, não resta dúvida que a Agroecologia seja a prática e a saída para a manutenção da biodiversidade. Igualmente, conceitua-se a agricultura ecológica como o conjunto de técnicas agrícolas baseadas em conceitos de conservação de energia e matéria reproduzindo processos ecológicos naturais, e aproveitando da economia da natureza inclusive, de ambiente, como decompositores, parasitas e predadores existentes. Trata-se de prática agrícola que dispensa o uso de insumos químicos e mecanização.

Nota-se que a Agroecologia é um processo que leva em conta a ecologia, isso porque é um ramo que estuda as interações entre os seres vivos e o meio ambiente em que são inseridos, sendo que estas interações determinam a distribuição e a abundância dos organismos no planeta.

A primeira definição científica e uso do termo têm como origem das palavras gregas *Oikos* (casa) e *Logos* (estudo), ou seja, estudo da casa) foi feita por Ernest Heinrich Haeckel em 1866. Haeckel também afirmava que a política nada mais é do que a Biologia aplicada.

Mas recentemente, em 1972, Hans Adolf Krebs, cientista descobridor das relações entre reações celulares que transformavam nutrientes em energia de forma cíclica, definiu Ecologia como o estudo científico das interações que determinam a abundância dos organismos.

Entretanto, a Ecologia estuda como os organismos de determinadas espécies são afetados. O ecossistema é formado por todos os organismos (animais, plantas, micro-organismos decompositores, água, atmosfera e minerais) em sua determinada área. E é preciso que se entenda com bastante clareza o funcionamento dos ecossistemas principalmente nas ações antrópicas. Todos estes conceitos devem ser levados em conta na prática da Agroecologia. Compreender o que tudo envolve, é o ponto de partida para se dar uma resposta mais concreta e mais satisfatória ao patamar que Wilson recomenda.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DE DADOS

Nesta pesquisa foi utilizada a metodologia qualitativa para coleta de dados. Tendo em conta que se trata de um problema, cujo impacto transcende além dos limites que delimitam os municípios e os estados envolvidos, procurei analisar partindo do geral para o particular, com base referencial as políticas desenvolvidas pelos governos Federais e do Estado Bahia e, de sua efetividade no tocante a preservação ambiental, em vista do avanço da fronteira agrícola em todo território nacional, principalmente no bioma do cerrado. Esta é a razão pela qual, induziu-se na confirmação do que ainda temos em termos percentuais das áreas do DF e Estados originalmente pelo bioma Cerrado.

Nestas análises realizadas, foi necessária a revisão bibliográfica, como a leitura de algumas publicações, que incluíram as eletrônicas. Para fazer jus a esta questão emblemática, persisti na busca de dados dos municípios limítrofes, que é Correntina na Bahia e de São Domingos de Goiás, em relação às políticas publicas adotada no âmbito de preservação ambiental.

Todavia, ao analisar o município de Correntina obtive uma conversa informal com Daniel, nativo neste município e deu alguns endereços eletrônicos, inclusive algumas fotos, onde pude concretizar os fatos que ocorrem neste espaço geográfico. Enquanto isso, em São Domingos de Goiás, obtive entrevistas com Gidélcio e Maria Sabate, ambos professores da escola municipal Padre Geraldo C. Ferraciolli. Também pude entrevistar Leandro que atualmente atua como fiscal do meio ambiente no município, e aos agricultores Paulo e João que conhecem bem a realidade da zona de desmatamento na Serra Geral em São Domingos de Goiás.

Por fim entrevistei um representante do ministério público da região, o promotor Dr. Douglas, que foi muito enfático em suas declarações diante da gravidade imposta pelo desmatamento nesta região.

3.1. Aspectos Físicos do Bioma Cerrado

Tabela 1. Porcentagem da área do DF e estados coberta originalmente pelo bioma Cerrado.

Unidade da Federação	Área de Cerrado Original (km ²)	Área da Unidade da Federação (km ²)	Percentual da área original de Cerrado (%)
Bahia	151.348	564.693	27
Distrito Federal	5.802	5.802	100
Goiás	329.595	340.087	97
Maranhão	212.092	340.083	64
Mato Grosso	358.837	903.358	40
Mato Grosso do Sul	216.015	357.125	60
Minas Gerais	333.710	586.528	57
Paraná	3.742	199.315	2
Piauí	93.424	251.529	37
Tocantins	252.137	248.209	33
São Paulo	81.137	277.621	91

Figura 4. Fonte: MMA/IBAMA e IBGE (2010)

Ao longo da pesquisa ficou claro que o Cerrado é a maior região de savana tropical da América do Sul, que inclui grande parte do Brasil Central chegando até a parte do nordeste do Paraguai e leste da Bolívia. O Brasil constitui o segundo bioma, que faz limites com outros biomas brasileiros: ao norte, com a Amazônia, ao nordeste com a Caatinga, ao sudeste com a Mata Atlântica e ao sudoeste, com o Pantanal.

3.2. O cerrado e a biodiversidade

No âmbito da vegetação do Cerrado, como o próprio nome já o expressa, constatei ter a presença de árvores de médio porte, retorcidas, de

folhas ásperas e casca rugosa. Ela se encontra intercalada entre a vegetação baixa, como a grama e arbustos.

Associado a isso, foi relevante obter informações referente à origem deste tipo de vegetação por várias razões, que vão desde o empobrecimento do solo, que em geral é muito ácida e da irregularidade das chuvas, havendo longos períodos de seca, até o período em que tem havido a frequência de queimadas. Além disso, este tipo de vegetação se adapta a conviver com as queimadas, devido à dureza e sua rusticidade nas folhas e tronco, sem falar das sementes que resistem ao fogo e que estariam prontos a germinar, dando início ao seu desenvolvimento.

E a alta diversidade de espécie de ambientes se refere a uma elevada riqueza de espécies, composta de plantas herbáceas, arbóreas, e cipós, totalizando 12.356 espécies que ocorrem espontaneamente. Além disso, tem flora vascular nativa (pteridofitas e fanerógamas) somando 11.627 espécies (MENDONÇA, 2008), sendo aproximadamente 44% da flora endêmica.

Similarmente a diversidade da fauna é elevada. Existem cerca de 320.000 espécies de animais na região, sendo apenas 0,6% formada por vertebrados e entre esses, cerca de 90 000 espécies, representando 28% de toda biota do Cerrado de espécies que possa existir em uma mesma localidade, bastantes distintas (Aguiar, 2004).

3.3. Leis e Projetos Federais no Combate a Agressão Ambiental

As razões que me fazem retomar esta discussão têm haver com as contradições implícitas nas expressões “Educação Ambiental ou Em Defesa do Meio Ambiente”, visto serem pragmáticas. E até digo mais, aclama-se: “o Cerrado ser o celeiro do Brasil”! É louvável que governos ou algumas entidades civis defendam de corpo e alma as questões ligadas ao meio ambiente, embora sejam algumas exceções. Este fato levou-me a uma investigação, pelas Leis e projetos formulados nas instituições federais, estaduais, e o que está sendo feito no município de São Domingos e em prol do meio ambiente.

Obtive o conhecimento de que, a partir de abril de 2010, começou a elaboração dos planos setoriais vinculados aos compromissos voluntários,

preconizados pela Lei nº.187/2009. Ao PPCerrado (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado) foi atribuída a tarefa de tratar das ações do governo que têm como perspectiva a redução de 40% do desmatamento do Bioma até 2020. A participação dos Governos Estaduais foi vista como fundamental para a consolidação de uma política que teria como continuidade a redução do desmatamento. (PPCerrado, 2010)

Com base nisso, alguns Órgãos Estaduais do Meio Ambiente da Região tomaram a iniciativa de apresentar os projetos a serem executados no sentido de diminuir o desmatamento, em harmonia com os esforços coordenados pelo governo federal. Até então se previa que a partir de 2011 seria dado apoio aos governos Estaduais para serem fortalecidos, tendo como metas a redução do desmatamento e queimadas e atividades atreladas às políticas de conservação e na sustentabilidade, as mesmas políticas passaram a valer também para o poder público municipal. Apesar de todos os esforços neste sentido, as referidas Leis e projetos não transcendem das teorias.

E a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), mais especificamente no seu artigo 12º, reiterou os compromissos nacionais voluntários como ações de mitigação das emissões. Estabeleceu, ainda, em seu parágrafo único, que tanto a projeção das emissões quanto o detalhamento das ações para alcançar o objetivo terão por base o 2º Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal. Essa mesma Lei estabelece, em seu artigo art. 6º, que os planos de ação para prevenção e controle do desmatamento não são considerados instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

3.4. Expectativas Fracassadas

Quatro 04 anos já se passaram, o que referido projeto ambicioso alcançou conforme preconizado? Atualmente o desmatamento ocorre em um ritmo acelerado como nunca na história, sendo bastante alarmante.

Parece-me até um paradoxo, porque no mesmo ano em que se estabelecia a Lei nº.187/2009 PPCerrado, atribuindo a tarefa de tratar das

ações do governo, que teriam como perspectiva a redução de 40% do desmatamento do Bioma até 2020, o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA se viram na obrigação de admitir que já fora destruída 48% da área do bioma brasileiro, atingindo a extensão de aproximadamente 1 milhão de quilômetros quadrados (1.000.000km²) de mata.

A conclusão a que se chega é que o principal objetivo do desmatamento em São Domingos e em torno tem sido fazer o carvão que abastece siderurgias, para cultivo de soja, algodão e a pecuária. Todavia, a maior concentração de terras acaba nas mãos dos latifundiários, que por sua vez destroem impiedosamente as terras outrora protegidas por Leis de conservação ambiental que acabam fragilizadas.

Depois desta análise parcial, admito que qualquer medida adotada pelo Governo Federal nos últimos anos não teve nenhuma eficácia, em face da agressão ambiental que graça em todo país. Ao que tudo indica, existe certa complacência da parte dos que governam o país, junto daqueles cujo objetivo exclusivo é desenvolvimento a todo custo, em detrimento a vida.

3.5. Bahia e as Políticas de Preservação Ambiental

Depois que ocorreram os danos ambientais na Serra Geral em São Domingos de Goiás, em decorrência de um deslizamento de terra, fiquei mais atento a essas questões, tendo em conta que não era um caso a mais. Com os conhecimentos que obtive na Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade de Brasília, dos conteúdos que focavam nas questões ambientais e, sobretudo, o que impacta nas relações socioeconômicas, me deixou incomodado, até que finalmente fui atrás de uma resposta no estado da Bahia, quanto a que ações o estado tomaria para mitigar os efeitos resultantes dos desmatamentos nesta parte geográfica.

Para a minha aparente felicidade consegui via *internet* informações pertinentes ao projeto implantado pelo governo da Bahia, denominado “Projeto Cerrado – Redução do desmatamento e das Queimadas no Cerrado Brasileiro”, decorrente de uma cooperação que envolveu o Brasil, Reino Unido e Banco Mundial, contribuindo para avaliação e diretrizes socioambientais.

Dados encontrados no PPCerrado demonstravam o município de Correntina/BA que faz limite com o município de São Domingos de Goiás, estava em 3º lugar, entre os vinte 20 municípios em todo país, com maior área de desmatamento no período de 2002 a 2008, totalizando um milhão e duzentos mil e oitenta e quatro e trinta e nove quilômetros quadrados ($1.284.39km^2$), que então representava 10% da área desmatada.

Não obstante, frustrei-me ao ler a página 4 do referido projeto, onde em destaque percebo serem teorias maquiavélicas, quando se ocultam as verdadeiras proporções resultantes do corte rasteiro das florestas, para se dar prioridade somente aos problemas relacionados à utilização do fogo que gera incêndios florestais sem controle ao consumir grandes áreas remanescentes de vegetação nativa, bem como na regularização das fazendas, com fins ao crédito e mercado de *commodities*.

E como tal, não foi surpresa para mim, que a referida proposta atenderia como meta, a redução das emissões de gases efeito estufa, com ações de prevenção e controle das queimadas e incêndios florestais, tendo como suporte a Política Nacional sobre Mudanças do Clima (Lei nº 12.187/2008 e Decreto nº 7.390/2010 e no novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012).

Aqui registro ser a favor das ações do governo da Bahia e das instituições envolvidas, conforme o Projeto em andamento, mas em contrapartida, me contraponho ao seguinte: se o uso do fogo de modo desregrado e o corte rasteiro das florestas estão no topo das principais causas das mudanças climáticas, por que não equacioná-los de forma igualitária? Durante as minhas leituras, tenho a percepção da expressão “combate ao desmatamento” ser repetida numa ordem genérica. Isso dá indícios de uma grande contradição que julgo estar entre linhas. Outros fatos se juntam a isso e que merecem a nossa observância de modo a questioná-los.

Além disso, no mesmo Estado, quatro 04 dos oito 08 municípios foram contemplados com ações em campo e os demais estão na lista dos beneficiados com as ações de capacitação e educação ambiental, das quais são relacionadas à adequação ambiental das propriedades rurais, quanto à prevenção e combate aos incêndios florestais.

E os municípios alistados são: Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, São Desidério, Luis Eduardo Magalhães, Barreiras, Correntina, Jaborandi e Côcos. Entretanto, os primeiros da lista, estão entre os quatro 04 contemplados pelas ações do campo, havendo acompanhamento técnico, no manejo da terra para as atividades agropecuária.

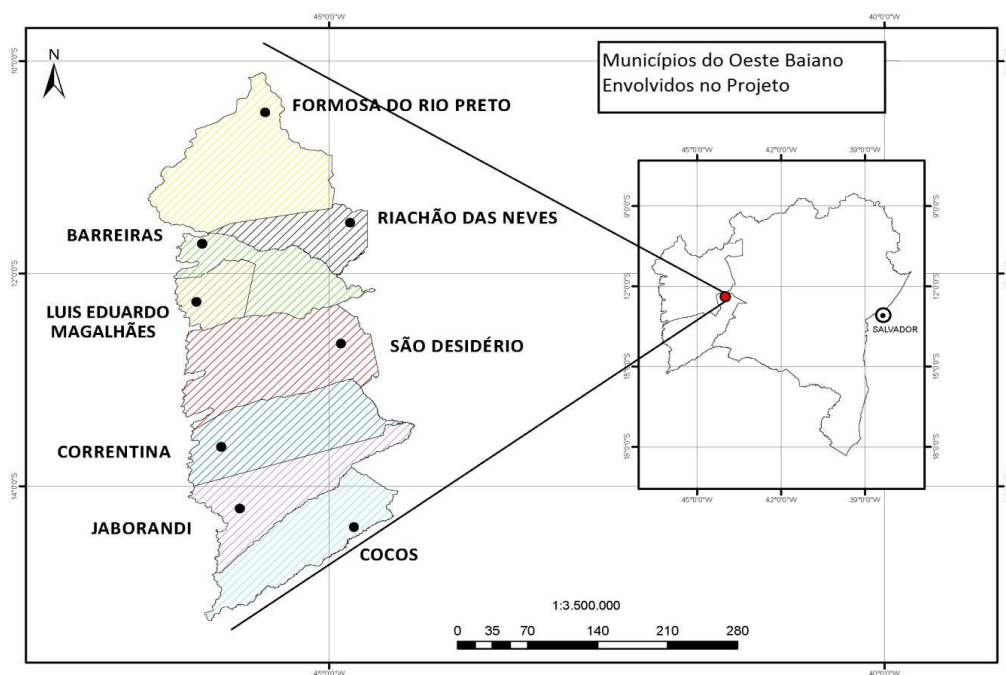


Figura 05. Localização dos municípios prioritários do Cerrado Baiano. (Fonte: Avaliação e Diretrizes Socioambientais 15/07/2014)

No entanto, conforme mencionado anteriormente, o município de Correntina estava em 3º lugar, dos 20 municípios que mais desmataram em todo país e 5º em área agrícola plantada entre 2002 a 2008 e nem por isso foi priorizado na lista dos 04. A região Oeste do Estado da Bahia como é conhecida, é caracterizada pela expansão da atividade de agropecuária, promoveu uma inevitável substituição da vegetação nativa do Cerrado pelos cultivos de milho, arroz, feijão, algodão, café e em especial a soja. Contudo, foi metafórico implantar ações de prevenção e controle das queimadas e incêndios florestais, onde a vegetação nativa é uma raridade.



Figura 06. Fazenda no Município de Correntina próximo à borda da Serra Geral em São Domingos/GO (Foto do autor – 30/06/2014)

A comunidade de Arrojelândia que fica localizada no município de Correntina na Bahia, defende esta raridade, por ser irredutível em defesa da preservação ambiental, perpetuando o comportamento de seus ascendentes. Ela enfrenta com coragem o agronegócio, diante do avanço às fronteiras agrícolas.

Essa comunidade localiza-se no interior do município de Correntina/BA, à margem esquerda do rio arrojado, composta por 226 famílias de agricultores que praticam a agricultura de subsistência, coleta de frutos silvestres, a caça, a pesca e criação de gado vacum em soltas coletivas (conforme definição da Constituição do Estado da Bahia, enquadrando-se na definição de comunidade tradicional como narra o Decreto Presidencial 6.040) nos gerais desde antes da década de 40 do século XX, encontra-se em conflito com a empresa Planta 7, Empreendimentos Rurais Ltda., desde 1982.

Até a vinda dos projetos de reflorestamento do oeste baiano, essas famílias ocupavam pacificamente os territórios compreendidos de Couro de Porco acima até a localidade do Córrego da Vaca, do Arrojado ao Rio das Éguas à margem esquerda do rio Arrojado. À margem direita, a referida ocupação dos ribeirinhos se dava da região Sambaíba ao Lodo, até o Galho Grande, acima do Galho da Rapadura.

Há informação que desde a realização da inspeção judicial, a empresa Planta 7 Empreendimentos Rurais Ltda. apresentou nos autos proposta como acordo, a cessão de uma área de 7.500ha para a ocupação das 226 famílias, o que resultaria em 33,18ha por família – estando abaixo do módulo fiscal para o Oeste Baiano. Ressalta-se ainda, dos 7.500ha propostos pela referida empresa está inclusa a área de reserva legal prevista na legislação em vigor –

o que corresponderia a 1,875ha, a menos dos 7.500ha propostos, o que resultaria numa área de 5.625ha que quando dividido pelas 226 famílias, restariam 24,87ha por família – e proporcionalmente estaria bem abaixo do módulo da região.



Figura 07. Localização da região de Arrojelândia - Correntina/BA (Foto cedida por Daniel)

Caso haja tal desfecho, este conflito que já se prolonga num período de 31 anos, ao invés de sanar o problema, chegará ao ponto crítico de sua racionalidade, resultando em consequências imprevisíveis, decorrente da possível expulsão das 226 famílias do território da Arrojelândia, que ocupam há aproximadamente cem (100) anos; o que seria sinônimo físico e cultural.

Tal desfecho pode atestar o caráter histórico do Estado, como aparato garantidor dos interesses vitais da classe que domina economicamente a sociedade e que, por isso, também a domina politicamente. Feita a leitura dos fatos e dos números, as análises revelam decisivamente, de que lado está o Estado que, em tese, seria um mediador. Diante da disputa judicial existente entre as famílias que compõem a comunidade de Arrojelândia, existem indícios que demonstram o Estado da Bahia a favor da empresa Planta 7, que pleiteia em favor de 43.400ha em detrimento desta população humilde que esperam 65ha de terras por família; é essa contradição que se constata.

O município de Correntina possui Conselho de Meio Ambiente e Fundo municipal de Meio Ambiental, porém não existe câmara técnica. E entre os ambientais existentes, destacam-se a criação de Brigada contra incêndios florestais; Projeto do Parque Ambiental Monsenhor; Revitalização das sete ilhas e do Ranchão; Fossas ecológicas a pessoas carentes; Cercamentos de

cabeceiras; Distribuição de cartilhas ambientais nas escolas da rede municipal; Meninos do Dedo Verde em parceria com a Secretaria de assistência Social.

Em relação à área em questão, ou seja, as terras desmatadas neste município, os problemas que resultaram do avanço à fronteira agrícola, se tornaram mais numerosos quando comparados à estrutura que o município oferece, pois não tem como contê-los, mesmo que fossem usados US\$ 300.000,00 destinados em todo estado para fins de recuperação às áreas degradadas.

O que estranha é que nenhuma parte do Projeto destaca com clareza a metodologia a ser utilizada contra o avanço da fronteira agrícola e muito menos da restauração pelo reflorestamento em fazendas de grande porte, senão em pequenas fazendas. Por isso, volto a reafirmar que o projeto tem um propósito obscuro.

Todavia, ressalto que a base para o desenvolvimento sustentável está na racionalidade do sistema de produção e consumo de bens e serviços; envolvendo capital natural, o capital construído pelo homem e o capital social, como propriamente dito, levando em conta o crescimento econômico, que garanta desenvolvimento social, qualidade de vida, representada por renda, saúde humana, nível de educação, diversidade e valores culturais, relacionamentos interpessoais na comunidade e na qualidade dos ecossistemas.

Por conseguinte, é imperativo que haja integração entre planejamento estratégico e a gestão ambiental, no segmento contra o desmatamento.

3.6. A Educação Ambiental e a Realidade do Município de São Domingos/GO

3.6.1. Análise de dados

Nos anos 90, com a ênfase que o governo dava às políticas públicas concernentes a sustentabilidade, o município de São Domingos destacou-se em incrementar tais políticas em todas as escolas dentro e fora do Parque Estadual Terra Ronca. Com isso, não havia desconhecimento do que estava

acontecendo em nível municipal, municipal, nacional e internacional, no tocante ao meio ambiente e sustentabilidade.

Posteriormente surgiram governos que não deram tanta atenção em perpetuar e consolidar os projetos que já estavam em andamento, como consequência, as escolas deixaram de dimensionar o alcance real da iniciativa.

3.6.2. Atividades com os alunos da escola Padre Geraldo C. Ferraciolli

Na semana em que foi comemorado o dia do meio ambiente, mais especificamente o dia cinco 05 de Junho do ano corrente, trabalhei com os meus alunos da escola Padre Geraldo C. Ferraciolli, do 6º ao 9º ano, com a sugestão de um debate, para dizerem quanto ao que sabiam sobre o acidente ocorrido na Serra Geral em São Domingos de Goiás em fevereiro no ano de 2012, com o deslizamento de terra e provoquei-os em questões ambientais.

Em cada turma trabalhada, mais de 90% dos alunos diziam: “Eu não sei”. E mesmo os que moram na região onde viram os efeitos deste desastre, sabiam muito pouco do ocorrido.

Muito pode ser extraído da indiferença e dessas falas, das quais são quase unânimes. Para a maioria, a natureza e o planeta aparecem como entidades abstratas que imploram socorro e sem a devida preservação, o devido cuidado, incorrem-se no risco de sua destruição. Reconhecem o problema, porém, desconhecem suas características, suas reais consequências e muito menos ainda suas causas e causadores, tornando-os impossibilitados de resolvê-los e/ou buscar soluções.

Com este objetivo, professores e a comunidade em todos os segmentos da sociedade expressaram suas ideias, do impacto que o desmatamento na Serra Geral tem sobre o meio ambiente, sobretudo como enfrentar as causas e das implicações tão presentes em nossa região. Naturalmente foi feita uma abertura ampla que os deixava livres para falar sobre a questão em pauta. Para que se tenha uma visão aproximada possível da percepção da realidade. Algumas perguntas foram feitas na íntegra e as perguntas feitas aos professores estão estruturadas na página 51 do Apêndice.

3.6.2. Análise das entrevistas com professores

Ao serem perguntados quanto ao que sabiam sobre os problemas ambientais na Serra Geral em São Domingos de Goiás, foram categóricos em suas respostas. A professora Maria Sabate chegou ao ponto de dizer:

“É a questão das queimadas, os desmatamentos desenfreado, é mais ou menos por aí”.

Na fala do professor Gidécio, nota-se que está bem familiar com os problemas ambientais que impactam este espaço geográfico e, sobretudo, de suas causas e efeitos, expressando-se da seguinte forma:

“Vejo que falta é proteção. É uma área que vem sendo muito degradada. A ocupação do solo próximo à escarpa da serra favorece o aceleração do processo natural de deslizamento de terras que assoreiam os rios. As áreas desmatadas pra lavouras no Oeste baiano não deveriam ser tão próximas da escarpa da serra como é. É uma área que deveria ser mais protegida, pois é nas encostas dessa serra que estão as nascentes de rios de água doce e permanentes que alimentam a bacia do Rio Tocantins”.

Tanto na fala dos professores como em suas observações dos professores, percebe-se da necessidade de compartilhamento de conhecimentos voltados ao meio ambiente, como pode ser confirmado na fala da Maria Sabate:

“Acho importante porque precisam ter mais conhecimentos do assunto, no meio ambiente em que vivem, precisam ter conhecimento que ajuda a proteger”.

Nos últimos anos foram desenvolvidos alguns projetos que não tratam das questões regionais, entre os quais estão: Projeto Redação, Projeto Som e Vida, Projeto Filarmônica e Mais Educação. Quanto da importância de haver iniciativa da escola em priorizar a Educação Ambiental, Maria Sabate, que já exerce a prática pedagógica há algumas décadas, reconhece suas limitações em trabalhar questões concernentes ao meio ambiente, mostrando a necessidade de alguém que esteja preparado, como ela resume:

“Eu achava importante promover um passeio como eles no meio em que vivem, e importante ambientalista para jovens, pesquisando o meio ambiente”.

Para concluir, Gidélcio realça a importância que a Secretária de Educação pode exercer, em parceria, com a Secretaria do Meio Ambiente, por essa razão afirma:

É importante sim ter projetos na escola que abordam informações sobre o meio ambiente. Educação ambiental deveria ser uma disciplina escolar, pois assim podemos construir uma sociedade mais consciente da importância da preservação ambiental e com isso tornem cidadãos que cobrarão mais das autoridades medidas de proteção do meio ambiente.

3.6.3. Análise das entrevistas com diversos segmentos da sociedade

Perguntado ao João que trabalhou em uma das fazendas próxima à Serra Geral, sobre que alterações eram perceptíveis enquanto permaneceu neste local, não deixou dúvidas dos efeitos devastadores diante da antropização humana, acrescido de sua imperícia.

“Olha Henrique, existe muita destruição que o homem causou na serra, durante o tempo que estava mexendo com as caixas de mel, via todas as abelhas mortas ao redor das caixas, eu pensei comigo que era por causa do veneno que se encontrava no meio da soja, porque acontecia no tempo em que a soja estava floreando. Mas quando a gente fala isso eles não acreditam”.

Durante a minha pesquisa de campo identifiquei na Serra Geral um ponto crítico em que o volume das águas não estava sendo contido, pois como visto na figura 03, não há nenhuma cobertura vegetal, e como consequência é o que vemos nas fotos a seguir:



Figura 08. Deslizamento de terra na Serra Geral (Foto do autor - 30/06/2014)



Figura 09. Rochas com milhares de toneladas são removidas pela pressão das águas abaixo da serra. (Foto do autor - 30/06/2014)



Figura 10. Efeito erosivo causando assoreamento ao rio São Domingos. (Foto do autor – 30/06/2014)

*A primeira lei da ecologia é que tudo está ligado a todo o resto.
Barry Commoner-Biólogo*

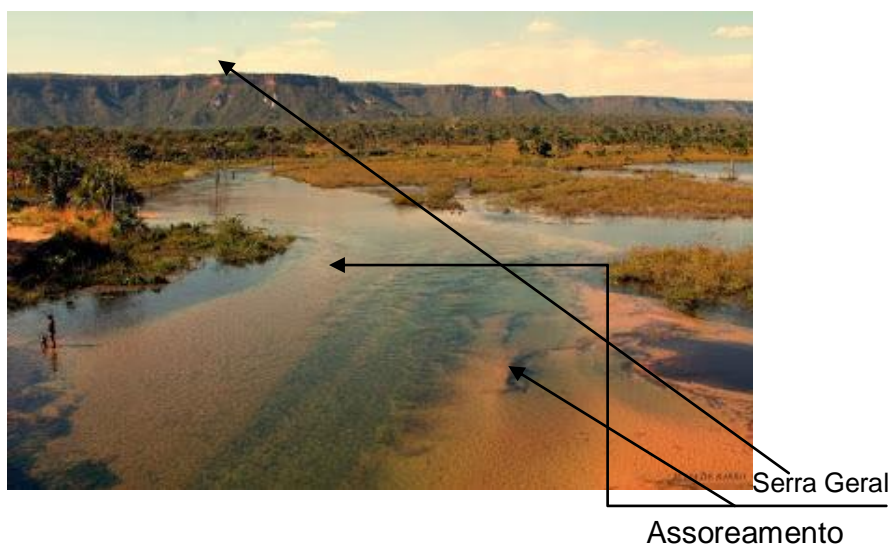


Figura 11. Rio represado de São Domingos com manchas de assoreamento (Fonte: Blog do Dinomar Miranda em 03/12/2014)

A entrevista seguinte foi feita com um lavrador que trabalha em uma fazenda próxima a Serra e que tem sua moradia logo abaixo dela e pede a não ser identificado.

Autor: “Ó (...)! Diante do que nós observamos aqui, essas rochas bem como as crateras, como analisa os efeitos que pode causar a vocês que moram logo abaixo da serra?”

“Entrevistado: “É a gente vive abaixo dessa serra né, a gente percebe que pode correr risco né, porque através dessas pedras do jeito que a chuva, da casa a gente escuta a zuada da cachueira, da água muito forte, às vezes a rente escuta até alguma pedra rolando, a zuada da pedra cumua vem, junto daquela cachueira da chuva, e até pode atingir algumas casas né, mesmo um morador que está aí em baixo, a gente mora ali, pode até ser atingido essas pedras ali, na verdade estamos correndo um grande risco”.

A minha próxima entrevista foi com um representante da secretaria do meio ambiente em São Domingos de Goiás. Contei com a participação de Leandro que assume a função de fiscal ambiental. Quando perguntado se já tinha conhecimento dos deslizamentos e dos processos erosivos que estavam atingindo a região da Contagem, foi sincero em dizer que estavam limitados a identificar este tipo de problemas assim como outros casos semelhantes e, foi incisivo em suas declarações ao dizer: “Para nós é difícil, a não ser que os moradores tragam essas denúncias”.

Portanto, o município passa por uma instabilidade política, visto que a prefeita e sua equipe estão inseguras, quanto de sua permanência ao cargo, e pode ser um dos problemas que reflete em sua administração, embora que a indiferença já vinha refletindo desde as gestões anteriores, onde se relega ações voltadas ao meio ambiente. No momento a única ação mais concreta está relacionada ao que o governo Federal promoveu as brigadas contra incêndios florestais.

3.6.4. Representação do Ministério Público

Enquanto isso, no município tem um representante do ministério público, que tem sido corajoso e implacável no combate às ações criminosas ao meio ambiente.

Antes de entrevistar o Dr. Douglas, levei uma declaração que foi assinada por ele, concordando sua participação nesta entrevista, e foi muito satisfatória. Inquestionavelmente posso afirmar que foi um depoimento mais do que a entrevista, porque o deixei à vontade, porquanto de antemão estava informado do meu principal objetivo.

No tocante aos deslizamentos identificados na Serra Geral, ele argumentou o seguinte:

Esse deslizamento! Aconteceram dois deslizamentos muito grandes aqui na região, um na região de Campos Belos e outro aqui no Parque Estadual Terra Roncam e aí pela dimensão do deslizamento, pelas notícias que eles trouxeram pela origem, (...) lá no alto da Serra e aí nós fomos até tanto no local do deslizamento em si e quanto na parte superior da serra onde teve a origem do deslizamento e foram instaurados dois inquérito civis.

Pelos dados informativos do Dr. Douglas, não deixa dúvidas que as causas dos deslizamentos tenham tido origem na Serra Geral, onde o desmatamento é muito intensivo.

Inquérito civil é uma ferramenta que o ministério público utiliza de investigação, então nós instauramos o inquérito civil com este objetivo de apurar as circunstâncias as condições, a origem, a causa, se houve a intervenção humana ou não neste acidente; com dois objetivos, na verdade são vários objetivos, com dois objetivos principais. Um, impedir caso esse acidente tenha a intervenção humana volte acontecer, o outro buscar a reparação desse dano, se claro, houve a intervenção humana. Além é claro de esclarecer como aconteceu, que forma que aconteceu.

Para o efeito, houve provas periciais no sentido de comprovar a origem e a causa dos deslizamentos, e para que posteriormente se evitasse acidentes nesta proporção e ainda responsabilizar aos culpados caso tenha ocorrido pela causa humana. E até no momento desta entrevista os inquéritos civis ainda estavam tramitando, porém me assegurou que estava em fase final.

Agora a dificuldade maior que nós enfrentamos aqui é que os órgãos ambientais infelizmente são todos desestruturados, a região a distancia de Goiânia, em vista, nós estamos quase na região no meio, nem Bahia nem Tocantins e nem Goiás. E aí fica um órgão praticamente sem dar cobertura naquela área.

Como era de se esperar, o promotor deixa bem claro que grande parte destes problemas se deve ao mau funcionamento dos órgãos ambientais.

Autor: “aproveitando também esta parte, quanto a essa imprecisão que existe nos limites não é, está sendo visto, como é que isso? Parece-me ter muita ambiguidade”.

Entrevistado: O grande problema disso é o seguinte: Existe uma disputa, até mesmo judicial com relação esses limites, essa disputa ela é maior entre a Bahia e o estado de Goiás, mas um trecho também que interessa o estado ao Tocantins. O que deflagrou esta disputa? Foi a valorização destas terras porque enquanto era aquele cerradão que não tinha valor praticamente nenhum, porque quase era areia só, ninguém tinha interesse em mitigar em torno disso, agora a partir do momento foi feito a correção do solo, começar aquelas grandes plantações (...)

É por isso que quando a gente terminar, assim que concluir esse inquérito civil, esse material todo vai ser repassado ao ministério público da Bahia que está trabalhando junto com a gente também, nós vamos expedir uma recomendação conjunta. Recomendação quase tem uma força normativa né, caso não seja cumprida a gente passa para uma medida mais drástica, propositura dum assunto ação civil ou alguma coisa do tipo. Através da recomendação vamos primeiro administrativamente de forma consensual, convencer ao proprietário da importância de fazer esta recuperação da vegetação, principalmente da vegetação que faz a proteção da borda, agora se não for acatado aí vamos partir a questão da ação civil sem falar da questão criminal também, porque o dano ambiental tem que ser encarado em duas perspectivas, responsabilização administrativa, e a responsabilização civil, criminal também. Então “as ferramentas temos”.

O promotor Douglas foi muito receptivo e participativo em suas exposições, disponibilizando até mesmo todo o material obtido durante os inquéritos, comprovando suas ações em conjunto aos órgãos envolvidos nesse processo. Em sua fala, deixa veemente que as questões relacionadas ao meio ambiente são em grande parte devido à desestruturação das instituições, e em virtude disso os problemas de maiores amplitudes. Num esforço conjunto com todas as instituições atreladas ao processo, demonstra-se ser possível resolvê-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos estes problemas que vemos registrados e fotografados nos levam a concluir que é de extrema relevância o estudo do impacto ambiental, na Serra Geral, em São Domingos de Goiás, visando à conservação ambiental, uma vez que esta ação afirmativa é imprescindível, num momento em que a sociedade mundial vem cobrando de forma óbvia a demonstração efetiva, de que é plenamente possível a coexistência harmônica entre o progresso e a qualidade de vida.

Nesse trabalho, pode-se perceber que a instituição de ensino é utilizada ainda para reforçar o caráter reprodutor, porquanto nem os professores estão sintonizados em trazer no interior da escola o debate sobre o meio ambiente, e, sobretudo da importância de sua preservação. Notam-se professores despreparados para com este tema que é tão relevante. Assim, acaba por se tornar mais impeditivo da sua participação e/ou envolvimento dos estudantes, sendo mantidos indiferentes para com as questões que envolvem a vida.

Ao invés de propiciar os estudantes através dos conhecimentos adquiridos em contato direto com o meio natural, uma relação mais estreita, culminando na garantia de sua preservação, nota-se uma hierarquização de saberes que deve ser respeitada a custo de sanções a serem impostas. Enquanto que ao contrário uma ação pedagógica de caráter crítico propiciará condições de multissaberes.

Por outro lado, podemos potencializar nossos estudantes por estimulá-los à formação de lideranças, buscando a articulação aos diferentes saberes que exercitam a construção do sentimento de pertencimento ao coletivo, ao

todo representado. Isso é pontuado durante o trabalho, especialmente quando falávamos sobre Gramsci, desse processo formativo estar intrinsecamente vinculado à atividade crítica e organizativa dos intelectuais orgânicos.

O que pode ser observado é que a concepção de pedagogia é complexa e ao buscarmos uma definição em que se fundamenta em relação às nossas propostas pedagógicas, são múltiplas as possibilidades de respostas. Olhando bem a realidade atual e nos desafios que são impostos, é inevitável que questionemos sobre os pressupostos que deverão nortear uma pedagogia que consiga dar conta da tarefa de induzir as novas gerações na cultura e ao mesmo tempo, possibilitar a renovação e a transformação a qual almejamos.

As respostas a estes questionamentos, certamente, não são conclusivas. Em contraste, elas nos instigam a pensar com seriedade sobre compromissos assumidos por quem educa, não apenas diante dos estudantes, mas, sobretudo frente ao mundo que representam. Similarmente, observa-se que a questão ambiental é vista inequivocamente, embora seja o assunto do momento da história da civilização e sem dúvida a de maior potencial de questionamento e transformação em direção ao processo civilizatório.

Além disso, a análise confirma a hipótese de que apenas a alteração do paradigma científico na ecologia de restauração como afirma o Dr. Douglas, não é suficiente para assegurar a qualidade de projeto de restauração florestal. À luz destes fatos nos dão uma visão sobre a fragmentação das instituições que deveriam ser guardiães em proteção e preservação do meio ambiente. Mas em contrapartida, de grande relevância para o meio ambiente a sua decretação é extremamente simples, sendo considerado por muito como instrumento de política, mas da melhor política da que se pode realizar em questões ambientais, especialmente no que se refere à política que envolve a sociedade civil organizada.

Todos estes problemas que foram vistos, registrados e fotografados nos levam a concluir à extrema relevância do estudo do impacto ambiental na Serra Geral, em São Domingos de Goiás, visando a preservação ambiental da degradação humana, uma vez que esta ação afirmativa é imprescindível, num momento em que a sociedade mundial vem cobrando de forma óbvia a demonstração efetiva, de que é plenamente possível a coexistência harmônica entre o progresso e a qualidade de vida.

Esse é um exemplo do ser humano em buscar responsabilidade com o meio ambiente, através da convivência criteriosa em harmonioso crescimento industrial, habitacional e agricultável, com o meio ambiente. Aqui fica a lição de Wilson: “Avançar na ciência é elaborar novos padrões de pensar, que definirão por sua vez os modelos e os experimentos. Fácil de dizer, difícil de fazer”. (Wilson, 2012, p. 12).

O que ficou claro durante a pesquisa, é que, seja da parte dos defensores do meio ambiente, como da parte da bancada ruralista, chegam ao mesmo consenso, de que as áreas desmatadas já são suficientes. A contradição existe em virtude das extensas áreas degradadas e/ou abandonadas. Isso aconteceu, na maioria dos casos, pela expressão e ampliação do modelo agroexportador vigente, que usa a natureza e os trabalhadores do campo unicamente para obter lucros ou títulos, na forma de commodities. É por esta razão que deve haver uma ação permanente nesta disputa de território contra a hegemonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna. (orgs.). ***Por uma Educação do Campo***. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOSERUP, Ester. ***Evolução Agrária e Pressão Demográfica***. São Paulo: 1987.

BRASIL. ***Documento Final da II Conferência Nacional de Educação do Campo***. Luziânia, 2004.

BRASIL. ***Documento Final da I Conferência Nacional de Educação do Campo***. Luziânia, 1998.

CALART, Roseli. Educação do Campo. In CALADART, R. AL (org.). ***Dicionário da Educação do Campo***. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012 (259-267).

FREITAS, Luiz Carlos. ***Escola Única do Trabalho***. In: CALDART, R. eT el (org.). ***Dicionário da Educação do Campo***. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012 pp. 339-343.

GIL, Antônio Carlos. ***Como elaborar projetos de pesquisa***. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas: cerrado**. Brasília: MMA, 2011. 200 p.

MOLINA, M. C.; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, R. et El (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012 (PP. 226-333).

MOLINA, M. C. Políticas Públicas. In: CALDART, R. et el (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012 (PP. 226-333).

PISTRAK, M.M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PROJETO CERRADO- **Redução do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado Brasileiro, Salvador**: PPCerrado/BA, 2014. 51 p.

TRENTINE, E.C. **Agricultura criminosa atividades agrícolas, avaliados a luz do Código Florestal Brasileiro de 1965, 2004 Dissertação** (mestrado em Agrossistemas, UFS, Florianópolis, 2004).

WILSON, Edward O. **Biodiversidade**. São Paulo: 2012

BRASIL. **Lei nº 12.651 foi alterada, publicado no Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 de maio**. Disponível em: <http://www.noticiasagricolascom.br/noticias/agronegocio/106770> o novo código florestal-entenda-ponto-aponto-na-análise-escritorio-csmg.html

WWW.tvweb-barreiras.com/2013/correntina-entre-226-familias.html

<http://www.semarrh.goias.gov.br/site/conteudo/area-de-protecao-ambiental-da-serra-geral-de-goias-apa-serra-geral> (Acesso 02 de dezembro de 2014)

APÊNDICE

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DA M. ESCOLA PADRE GERALDO

01. Quando começou a sua no magistério?
02. Desde então que destaque a escola tem dado em matéria do meio ambiente?
03. Você nota alguma preocupação dos alunos com o meio ambiente?
04. O que sabe sobre os problemas ambientais na Serra Geral em nosso município?
05. Como todos os projetos em prol da educação, você acha importante um projeto na escola, que abordasse informações sobre o meio ambiente?
06. Que iniciativa pode ser adotada na escola, de modo a priorizar a Educação Ambiental?

ENTREVISTA COM O TECNICO DO MEIO AMBIENTE

01. Quando assumiu a função que exerce?
02. Tem havido algum esforço da prefeitura e do governo do Estado no desenvolvimento à políticas ambientais?
03. Que destaque a Secretaria do Meio Ambiente do município assume neste momento?
04. O que sabe em relação sobre o impacto ambiental que ocorre a partir da Serra Geral em nosso município?
05. A Secretaria do Meio Ambiente tem condições de promover dentro das escolas a Educação Ambiental Dentro dum contexto regional e global?

ENTREVISTA COM O REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

01. Como participante da pesquisa concorda em ser entrevistado, uma ou mais vezes em local e duração previamente ajustada, e permitindo a gravação das entrevistas?
02. Autoriza que seu nome seja divulgado no resultado da pesquisa comprometendo a utilizar as informações que prestarei para o propósito da pesquisa?

ANEXOS



Figura 02. Borda da Serra Geral – São Domingos/GO - jornal eletrônico “O Hoje”, editado em 08 (oito) de março de 2013.



Figura 2. Cratera aberta pelas águas das chuvas na Serra geral em São Domingos/GO - jornal eletrônico “O Hoje”, editado em 08 (oito) de março de 2013.



Figura 03: Um índio no meio da Floresta (Fonte Google – 2013)

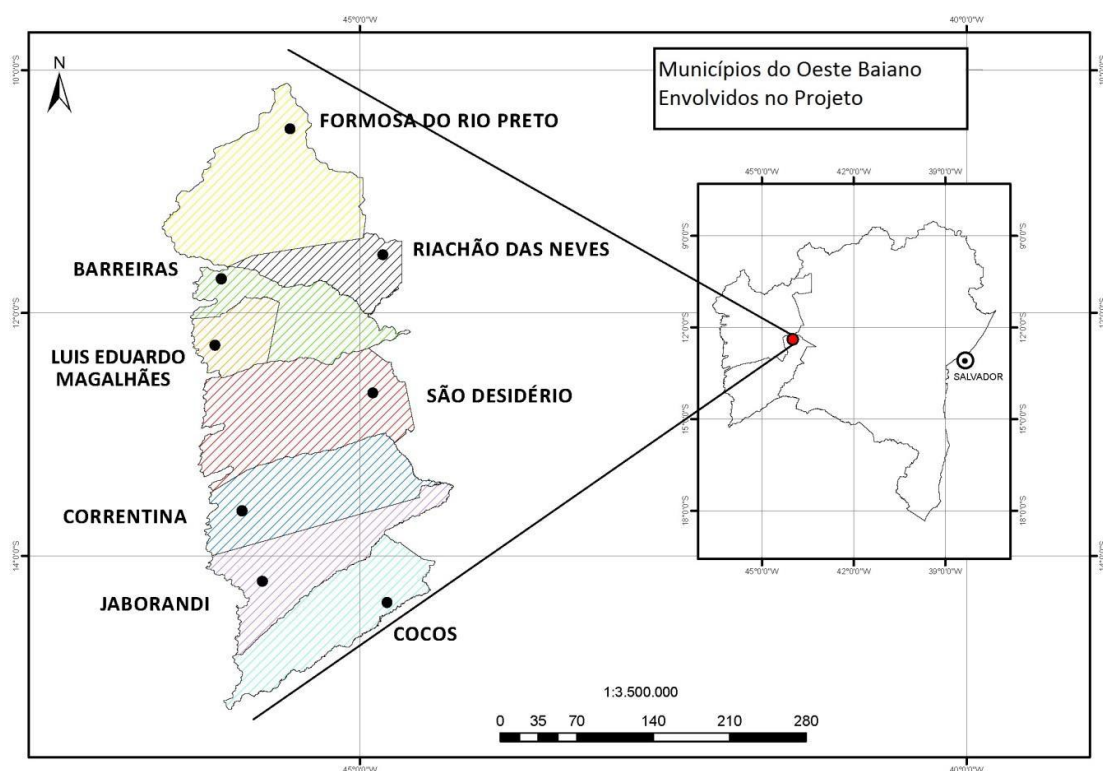


Figura 05. Localização dos municípios prioritários do Cerrado Baiano. (Fonte: Projeto Baiano Avaliação e Diretrizes Socioambientais 15/07/2014)



Figura 07. Localização da região de Arrejelândia - Correntina/BA (Foto cedida por Daniel em 01/12/2014)



Figura 10. Rio represado de São Domingos com manchas de assoreamento (Fonte: Blog do Dinomar Miranda em 03/12/2014)

APA da Serra Geral (em amarelo). PETeR (em verde) e RESEX Recanto das Araras (em vermelho) – Imagem Google Earth



Figura 01. Área de Proteção Ambiental da Serra Geral de Goiás – Localiza-se nos municípios de São Domingos e Guarani de Goiás.